

O terceiro discurso

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 11.04.05

Nos últimos 20 anos, houve grande avanço da democracia, mas não houve desenvolvimento para enfrentar a pobreza nem ação social suficiente para reverter a desigualdade -os dois grandes males que o Brasil enfrenta. Hoje, o que vemos não é apenas um governo federal desorientado e paralisado mas a própria sociedade brasileira sem rumo. Falta claramente um consenso nacional.

Antes da redemocratização, havia um consenso. Os brasileiros, sua sociedade civil e seu povo queriam de volta a democracia. Depois de longa luta, que implicou, a partir de meados dos anos 70, um pacto democrático-popular aliando trabalhadores, empresários e classes médias profissionais, a democracia foi reconquistada. Em seguida, colocou-se um problema econômico urgente a ser enfrentado -o da alta inflação. Foram, entretanto, necessários quase dez anos depois da redemocratização para resolvermos o problema, em parte porque não havia a coragem para fazer o ajuste fiscal necessário e principalmente porque nossos economistas reproduziam as teorias externas, em vez de pensar com a própria cabeça e entender que o problema estava em neutralizar a inércia inflacionária.

Desde 1994, o Brasil ficou sem consenso e sem rumo, enquanto dois discursos se candidatavam à hegemonia. De um lado, o discurso da direita globalista, vindo de Washington, que dizia três coisas: primeiro, que o controle da inflação continuava a ser o principal objetivo, precisando ser enfrentado com rigidez fiscal acoplada a altos juros; segundo, que o maior problema do país era a falta de reformas que permitissem o livre funcionamento do mercado; terceiro, que, graças à abertura da conta financeira externa já realizada, o desenvolvimento ocorreria, agora aceleradamente, financiado por poupança externa.

O desastre que esse discurso representou é bem conhecido. Felizmente não sabemos o que teria acontecido se o discurso oposto, da esquerda burocrático-populista, tivesse prevalecido. De acordo com essa perspectiva, os males do Brasil vinham da globalização e do capital financeiro, que impunham ao país um alto endividamento externo e público. A solução seria renegociar a dívida externa e a dívida pública do país, exigindo-se um desconto. O segundo mal estava na ineficiência de demanda, que poderia ser resolvida com o aumento do gasto público. O mal maior, a desigual distribuição de renda, seria resolvido também pelo aumento do gasto público, especificamente pela ampliação do sistema assistencialista do Estado brasileiro.

O primeiro discurso refletia a ampla hegemonia ideológica do Norte sobre o Brasil. Provinha principalmente da classe dos rentistas brasileiros, que vivem essencialmente

de juros, e de economistas associados ao setor financeiro, mas era partilhada por uma ampla classe média superior, confusa e desorientada. O segundo vinha da classe média inferior e de setores sindicais e refletia a perspectiva da velha esquerda.

Nenhum dos dois discursos tinha possibilidade de alcançar um razoável consenso na sociedade brasileira, dada sua irracionalidade e seu caráter parcial. Nenhum dos dois refletia o interesse nacional. Com a vitória do PT nas eleições de 2002, os representantes do primeiro discurso temeram que o segundo passasse a ser aplicado, mas isso não ocorreu porque lhe faltava mais do que apenas racionalidade: faltava-lhe também apoio na sociedade civil brasileira, ou seja, na sociedade politicamente organizada, em que o peso de cada cidadão varia de acordo com sua riqueza, conhecimento e capacidade de organização.

Existirá um terceiro discurso que possa alcançar o consenso? Um consenso pleno não creio, mas um consenso que una empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais -um acordo nacional, portanto- é possível. Tal consenso terá que ver a globalização não como uma benesse nem como uma maldição, mas como um sistema de intensa competição entre Estados nacionais por meio de suas empresas. Terá que entender que, nessa competição, é fundamental fortalecer o Estado e dar condições às empresas nacionais de serem competitivas. Terá que dar-se conta de que o desenvolvimento nacional é o principal objetivo dos países ricos e terá que ser também o nosso.

Que esse desenvolvimento é impedido, no curto prazo, por uma taxa de juros básica decidida pelo Banco Central que se encontra, há muitos anos, em nível absurdo. Que, para alcançar o desenvolvimento, é essencial aumentar a taxa de investimento, devendo o Estado dar uma contribuição para isso por meio de uma poupança pública positiva, fruto da contenção da despesa de custeio. E que o desenvolvimento é impedido a médio prazo pela concentração de renda, que serve de caldo de cultura para o populismo.

Sobre esses pontos, um consenso será possível no quadro da democracia brasileira. Para isso, porém, teremos de pensar com nossa própria cabeça, estarmos decididos a chegar a um acordo nacional e entender a lógica do sistema econômico e político global.